

UEPG E UMP-PG: APOIO EXTENSIONISTA PARA FOMENTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES

Direitos Humanos e Justiça

Coordenadora da atividade: Nisiane MADALOZZO

Rafaela HORNES MACEDO[1]; Gabriela de LIMA MANIQUE BARRETO[2]; Mariane APARECIDA GADOWSKI[3]; Nisiane MADALOZZO[4].

UEPG e a UMPPG – Projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia em apoio à luta pela moradia em Ponta Grossa 1ª Edição

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados obtidos por meio da parceria extensionista firmada entre a União por Moradia Popular de Ponta Grossa (UMP-PG) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Denominado "UEPG e a UMPPG - Projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia em apoio à luta pela moradia em Ponta Grossa" o projeto visa desenvolver projetos de edificação para habitações unifamiliares de até 48m², voltados ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Entidades. A instituição contemplada é a UMP-PG, entidade civil de representação das associações e organizações filiadas atuando em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais sem fins lucrativos, cujo os compromissos são a busca de alternativas para uma política habitacional voltada aos interesses da população trabalhadora de baixa renda. A iniciativa buscou promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a aplicação prática de conteúdos acadêmicos às demandas reais das famílias atendidas que buscavam a elaboração do projeto para subsidiar a captação de recursos junto aos órgãos Municipais, Estaduais e Federais. Através do uso de softwares de modelagem, foi possível propor soluções variadas, com bom custo-benefício à UMPPG.

Palavras-chave: Direito à Cidade. Projeto Arquitetônico. Metodologia BIM.

[1] Rafaela Hornes Macedo (acadêmica [graduação em Engenharia Civil] [Apresentadora]). rafaelahornesmacedo@gmail.com
[2] Gabriela de Lima Manique Barreto (acadêmica [mestrado em Geociências]) gabrielabarreto.msppgeo@gmail.com
[3] Mariane Aparecida Gadowski (acadêmica [mestrado em Gestão de Território]) gadowski.mariane@uepg.br
[4] Nisiane Madalozzo, orientadora (docente [Coordenador]). nmadalozzo@uepg.br



INTRODUÇÃO

A questão do direito à cidade e da dificuldade em satisfazer todos os direitos de moradia digna dos cidadãos permeia a vida urbana nas cidades brasileiras (Ministério das Cidades, 2023). Ponta Grossa, município localizado no centro-leste do Estado do Paraná com 358.371 habitantes (IBGE, 2022), está no 3º lugar no ranking de municípios com maior Déficit Habitacional no Estado do Paraná, chegando à marca de 22.940 domicílios defasados (COHAPAR, 2023).

Destaca-se, no município, o impacto do PMCMV — Programa Minha Casa Minha Vida, cuja forte participação tem influenciado de maneira significativa a configuração do espaço urbano da cidade por serem normalmente alocados em áreas periféricas, com expansão desenfreada do perímetro urbano, geram dificuldade no atendimento aos serviços e implantação de infraestrutura básica (Ponta Grossa, 2018).

A implementação de empreendimentos voltados à habitação de interesse social, embora crescente, ocorre muitas vezes com projetos de baixa qualidade e/ou sem o acompanhamento das devidas redes de infraestrutura ou da oferta de equipamentos públicos adequados às necessidades dos moradores.

Compreendendo esse cenário, o Governo Federal lançou na recente reestruturação do PMCMV (Brasil, 2025) uma nova modalidade denominada PMCMV Entidades, que se destina ao atendimento específico dos movimentos populares organizados “por meio de entidades privadas sem fins lucrativos, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)”. Essa modalidade visa atender as entidades organizadas em prol da luta pela moradia, por meio da autogestão realizada pelos coletivos sociais.

A aproximação entre a UMPPG e a UEPG, através do GEUR, (Grupo de Estudos Urbanos e Regionais, com membros do DENGE e do DEGEO), justifica-se ao possibilitar aos acadêmicos a prática de projetos de arquitetura de edificações unifamiliares de forma responsável com resultados aplicáveis na prática e úteis para que a UMPPG consiga efetivar a implementação de empreendimentos destinados à habitação de interesse social (Brasil, 2023).



OBJETIVOS

O presente trabalho de extensão tem como objetivo proporcionar aos acadêmicos experiência prática no desenvolvimento de projetos de edificações unifamiliares. A ação busca atender às demandas concretas das famílias beneficiadas, fornecendo suporte à obtenção de recursos, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, e desenvolvendo soluções habitacionais eficientes e economicamente viáveis por meio da utilização de metodologias de modelagem BIM.

Além disso, o projeto visa fortalecer o processo de autogestão conduzido pelos movimentos sociais, conferindo às entidades parceiras autonomia na tomada de decisões e na implementação das unidades habitacionais. Pretende-se também contribuir para a redução do déficit habitacional em Ponta Grossa e para o fortalecimento do direito à moradia digna, promovendo inclusão social e cidadania.

O trabalho proporcionou ainda aos acadêmicos o desenvolvimento de competências técnicas e práticas, incluindo planejamento urbano, análise crítica de projetos e habilidades em softwares de modelagem. A interação interdisciplinar entre cursos e a aproximação com a comunidade permite compreender os desafios sociais, econômicos e ambientais relacionados à habitação de interesse social, consolidando a extensão universitária como instrumento de transformação social e de promoção de soluções inovadoras e sustentáveis.

METODOLOGIA

A fim de conhecer uma aproximação dos acadêmicos com a realidade das etapas projetuais e do contexto social da cidade de Ponta Grossa quanto à demanda por habitação, foi realizada a capacitação dos acadêmicos mediante entrevistas, cartilhas orientativas, análise de normativas e legislações, incluindo o Código de Obras, o Plano Diretor municipal e a Portaria nº 725 do Ministério das Cidades. O acompanhamento e alinhamento próximo da UMP-PG assegurou que as soluções projetuais atendessem às demandas de projetos habitacionais a partir das perspectivas dos próprios representantes do movimento social.

Após a sistematização dessas informações, os acadêmicos desenvolveram desenhos, esquemas e projetos em software BIM – Revit, versão 2022. Posteriormente, realizou-se a apresentação das opções de projetos apresentados à coordenação do movimento social, evento realizado no dia 30 de novembro de 2024. Na ocasião, foi possível esclarecer todas as dúvidas dos envolvidos para a tomada de decisão de qual unidade deveria ser detalhada para elaboração de orçamentação prévia a ser realizada pela equipe técnica da União por Moradia, etapa essencial para a formalização da captação de recursos.

RESULTADOS

A capacitação dos acadêmicos e a definição exata do escopo foi possível a partir de trocas com a coordenação da UMP-PG. A participação dos representantes da União em sala de aula mostrou-se fundamental para a sensibilização dos acadêmicos quanto às demandas por habitação de qualidade pelas pessoas atendidas pelo movimento social.

Ponta Grossa foi contemplada em abril de 2025, por meio da mobilização social da UMP-PG para a construção de 50 unidades localizadas no bairro Colônia Dona Luiza. O município é o primeiro do sul brasileiro a viabilizar o modelo de autogestão (Paraná, 2025), com o valor total financiado de aproximadamente R$ 7 milhões. Nesse contexto, as entidades têm autonomia no gerenciamento da construção, e a seleção dos beneficiários é feita pelo próprio movimento.

De acordo com a reportagem realizada pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (2025), é possível observar o envolvimento ativo do coletivo na estruturação do projeto, que é composto predominantemente por mulheres, conforme expõe o presidente Gerveson Tramontin em fala transcrita:

> "Os próximos passos agora são a elaboração dos projetos e, depois, o início da obra, que será o principal desafio", explica o presidente da UMP-PG, Gerveson Tramontin. O valor desta etapa do processo será de aproximadamente R$ 900 mil do total financiado. As famílias – em sua maioria compostas por mães que moram sozinhas com seus filhos – que estão inscritas no CadÚnico não terão nenhum custo. As demais pagarão apenas 5% do valor total, em cinco anos. As casas terão 48 metros quadrados e acomodarão de quatro a cinco pessoas, detalha Gerveson (Ponta Grossa, 2025).



Esse passo só foi possível por meio do trabalho colaborativo realizado até o momento entre as partes envolvidas no processo. Para tanto, foram desenvolvidos diferentes projetos de unidades de até 48m², acompanhadas de estudos esquemáticos de ampliação para essas unidades. Um dos projetos foi escolhido e desenvolvido em maior profundidade pela bolsista extensionista, sempre utilizando a metodologia BIM, com modelagem tridimensional parametrizada.

Por fim, com apoio dos docentes e discentes envolvidos, a versão selecionada foi consolidada e entregue em nível executivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os trabalhos desenvolvidos em sala de aula, juntamente com a atuação da bolsista extensionista no detalhamento da proposta, foram finalizados. As ações resultaram em desenhos técnicos e documentação complementar, permitindo que os profissionais da UMP-PG elaborem projetos executivos, realizem os quantitativos e preparem os orçamentos.

A experiência extensionista consolidou-se como prática enriquecedora, proporcionando aos acadêmicos vivência profissional real e aproximação com os desafios técnicos e sociais da produção habitacional de interesse social, reforçando o papel da universidade como agente transformador da realidade urbana.

Perspectiva-se que, como próximas etapas, a própria UMP-PG possa ter autonomia para realizar a execução efetiva dos projetos selecionados, visando à redução do déficit habitacional e ao fortalecimento do processo de autogestão dos movimentos sociais, reafirmando a extensão universitária como instrumento de avanço social e cidadania.

APOIO

A ação foi viabilizada pela parceria entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a União por Moradia Popular de Ponta Grossa (UMPPG) e o Grupo de Estudos Urbanos e Regionais (GEUR), composto por membros do DENGE e do DEGEO. Agradece-se à Fundação Araucária pelo apoio financeiro, por meio de bolsa de extensão, e à professora

Nisiane Madalozzo, pela orientação e acompanhamento técnico. Destaca-se ainda a dedicação de docentes, acadêmicos, da UMPPG e das famílias beneficiadas, cujo engajamento foi fundamental para o êxito do projeto e para seu impacto social positivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Sobre o Minha Casa Minha Vida. Ministério das Cidades. 2025. Disponível em:https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1. Acesso em: 04 set. 2025.

BRASIL. Portaria MCid nº 725, de 15 de junho de 2023. Ministério das Cidades. 2023. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=446563. Acesso em 04 set. 2025.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS-PR. Município de Ponta Grossa. Dados de 2015 e 2019. Disponível em: https://www.cohapar.pr.gov.br/PEHIS-PR. Acesso em: 04 set. 2025.

IBGE. Censo Demográfico 2022: Ponta Grossa. 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 04 set. 2025.

IPLAN. Caderno Síntese: revisão do Plano Diretor de Ponta Grossa, 2019. 178 p. Disponível em: https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/plano-diretor-participativo-2018/. Acesso em: 04 set. 2025.

PARANÁ. Ponta Grossa avança na construção de moradias populares com recursos do PMCMV Entidades. Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (Site Oficial). 03 abr. 2025. Disponível em: https://www.sudis.pr.gov.br/Noticia/Ponta-Grossa-avanca-na-construcao-de-moradias-populares-com-recursos-do-PMCMV-Entidades. Acesso em: 04 set. 2025.

PONTA GROSSA. Prefeitura assina convênio para construir mais 50 moradias populares. Site Oficial da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 21 mar. 2025. Disponível em: https://www.pontagrossa.pr.gov.br/2025/03/21/prefeitura-assina-convenio-para-construir mais-50-moradias-populares/. Acesso em: 04 set. 2025.